



**RESOLUÇÃO DO CONSELHO GERAL DA UGT-AÇORES
DA HORTA DE 02/06/2018**

**1. SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DE PORTUGAL E DOS AÇORES
EXIGE NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E DE
PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA**

Há algum tempo a esta parte, a Região Autónoma dos Açores vem experimentando dificuldades em aproximar-se do nível de crescimento médio do País e da U. E., registando-se mesmo algum retrocesso, pois em 2015, não obstante um maior crescimento, 1,7%, contra 1,6% da média do País, o nosso PIB regrediu para níveis da primeira década de 2000, ou seja, veio novamente para 89% e 68%, respetivamente, implicando consequentemente um retrocesso no seu desenvolvimento.



SREA

A avaliar pelos dados provisórios do INE, o crescimento económico em Portugal no 1º trimestre de 2018 registou uma desaceleração por ter crescido apenas 2,1% em termos homólogos e 0,4% relativamente ao último trimestre de 2017.



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES DOS AÇORES

A confirmarem-se estes números, isto significa que a economia abrandou neste primeiro trimestre, não só face aos últimos três meses de 2017, quando o Produto Interno Bruto (PIB) avançou 0,7% em cadeia, mas também em termos homólogos, uma vez que entre janeiro e março do ano passado aumentou 2,4%.

A verificar-se o crescimento previsto de 2,3% para 2018, o país será ultrapassado numa assentada por três países do ranking dos 28 da U.E. em termos de PIB per capita, designadamente pela Lituânia, Eslováquia e Estónia, caindo Portugal para a 21ª posição, seguindo assim a tendência verificada desde a adesão de Portugal à moeda única em 1999, ano em que o nosso país ocupou a melhor posição de sempre, a 16ª, atingindo o máximo de 84% da média da U.E.

Convém acrescentar que dos 19 países da moeda única, Portugal é o terceiro país com pior desempenho económico, tendo atrás de si só a Grécia e a Letónia.

Nos Açores não dispomos de dados atualizados em relação a este indicador PIBP, mas pelo gráfico abaixo, e seguindo o indicador recente da Atividade Económica dos Açores, pode-se inferir que o PIB da RAA deverá continuar a divergir da média do País e da U.E., pois se esta diminui o mesmo acontecerá com o PIB, que também diminuirá, afastando-nos assim cada vez mais da média nacional e da U.E.



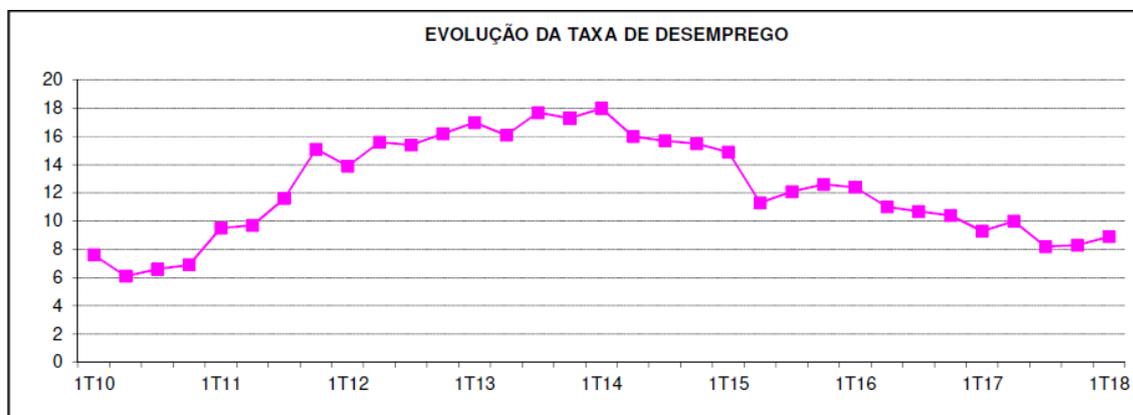
SREA



Para além dos constrangimentos naturais decorrentes da sua dispersão e do seu afastamento dos grandes centros de decisão, não há dúvida que outros fatores emergiram ou foram agravados pela crise, pondo a nu a ineficiência do atual modelo de desenvolvimento económico, demasiado assente e dependente do setor e dos investimentos públicos.

A aposta num modelo de desenvolvimento económico estatizado, assente em grandes investimentos públicos, sem o retorno económico assegurado, gerador de avultados encargos financeiros futuros e de ineficiências graves de gestão, está esgotado, dificultando ou impedindo uma mais rápida aproximação à média nacional e europeia, com consequências graves ao nível do desemprego que se mantêm persistente e cronicamente mais elevado em média na Região quando comparado com o restante território nacional.

Segundo dados estatísticos do último boletim trimestral do INE/SREA, em 31 de março de 2018 o desemprego nos Açores situava-se em 8,9%, confirmando assim a tendência crescente dos últimos seis meses, superior e em contraciclo com a tendência decrescente que se verifica a nível nacional, de 7,9%, mantendo-se pois superior à média nacional desde 2013.



SREA

Se conjugarmos estes dados com os do (IEFP) Instituto de Emprego e Formação Profissional, verificamos que a estes desempregados temos de acrescentar ainda uma parte apreciável de trabalhadores desempregados que se encontram inscritos em programas ocupacionais, ou seja, à volta de 6000 indivíduos, fazendo com que o número total de desempregados na Região suba para 17.000 açorianos aptos para o trabalho, ou seja, cerca de 14% da população ativa, e não 8,9% como divulgado pela estatística.



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES DOS AÇORES

De registar que a nível nacional e na Madeira, os trabalhadores em programas ocupacionais vêm decrescendo desde 2014, situando-se atualmente em relação aos inscritos em 22,7% e 17,3%, respetivamente, ao invés do que se passa nos Açores, o que denota a dificuldade crónica do atual modelo de desenvolvimento económico na criação de emprego sustentável.

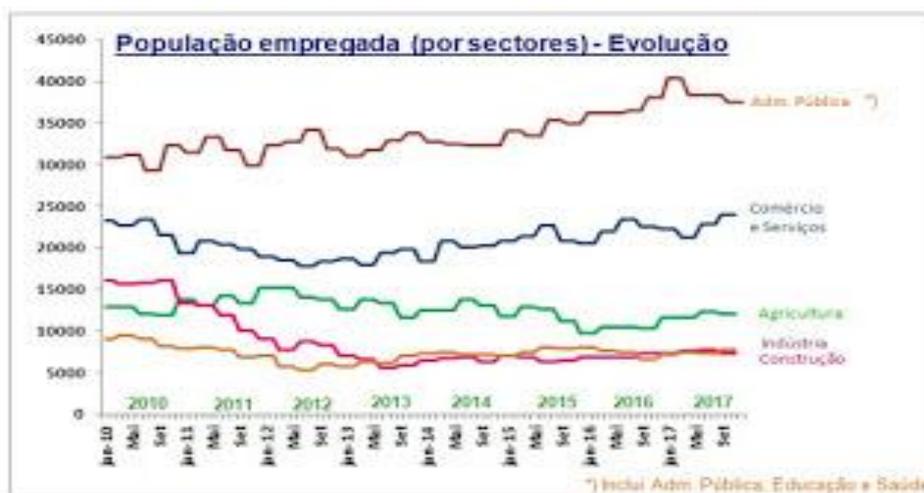
Taxa de Desemprego		
Ano	País	Açores
2010	10,8	6,9
2011	12,7	11,5
2012	15,5	15,3
2013	16,2	17,0
2014	13,9	16,3
2015	12,4	12,8
2016	11,1	11,1
2017	8,9	9,0
1ºT 2018	7,9	8,9

SREA

ANO	Trabalhadores em programas ocupacionais nos Açores - IEFP
2012	1.554
2013	3.870
2014	5.128
2015	4.090.
2016	6.065.
2017	6.645
Mar.2018	5.240

IEFP

Conclui-se assim que existe uma relação direta entre os dados do desemprego e dos ocupacionais destes dois institutos, isto é, a diminuição dos ocupacionais no IEFP corresponde ao aumento do desemprego do INE/SREA.



Conforme se pode verificar do gráfico do SREA, na economia regional tem um peso especial o conjunto de serviços da administração pública, que inclui a saúde e a educação, não obstante a perda de postos de trabalho registada nos últimos trimestres, continuando a indústria e a construção a manter, de um modo geral, uma tendência decrescente, embora com ligeiras recuperações em alguns trimestres.

A construção civil é, contudo, o sector que mais contribuiu para esta curva descendente da atividade económica e do emprego, sendo indiscutivelmente o sector que mais se ressentiu com a crise.

Até agora parte apreciável da população empregada esteve ancorada e assegurada pela administração pública que se tornou um seu suporte nos momentos de crise, assim como a agricultura, que tem funcionado como um tampão complementar em determinados sectores da população.

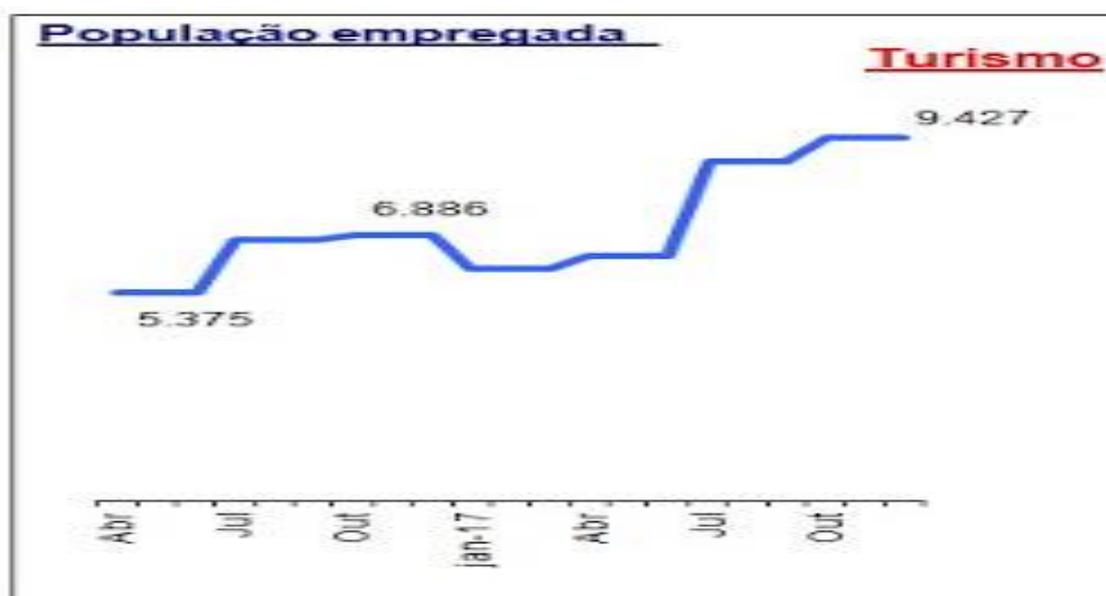
Dos dados estatísticos oficiais, verifica-se que no 4º Trimestre de 2017 se registou uma descida do total da população empregada -- que apresentava um crescimento desde 2013 --, uma diminuição que veio a refletir-se na subida da taxa de desemprego que neste último trimestre apresentou uma ligeira subida de 8,2% para 8,3%.



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES DOS AÇORES

O setor industrial e transformador é, porém, aquele em que mais se nota o deficit ou falência do modelo de desenvolvimento económico seguido até agora, pelo seu quase total colapso e desaparecimento não obstante as medidas públicas tomadas de criação de um setor empresarial público e de apoio ao investimento público, que se revelaram ineficazes, nalguns casos contraproducentes e mesmo ruinosas.

Salve-se neste quadro económico descrito o ar de graça dado pelo turismo, havendo a registar positivamente o facto dos empregos recentemente gerados resultarem do setor turismo, que de abril até ao fim do ano 2017 foi responsável pela criação de mais 4052 empregos, conforme se pode verificar pelo gráfico abaixo.



SREA

Pela estrutura do emprego neste setor constata-se contudo que ele se caracteriza pela sua precariedade e baixo nível salarial, de salário mínimo ou muito próximo dele.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social cerca de 40% auferem o salário mínimo, incluindo alguns qualificados e de nível de formação superior, mais concretamente cerca de 5%.

Se a este dado juntarmos a situação precária e de baixos salários da maioria dos trabalhadores que conseguem o seu primeiro emprego, o elevado número de indivíduos e



agregados familiares que beneficiam do rendimento social de inserção, o aumento do número de alunos que beneficiam de apoio social escolar, bem como dum conjunto doutros apoios dispersos pelos diversos departamentos governamentais, temos então a verdadeira e real dimensão deste flagelo que se traduz na incapacidade dos Açorianos em satisfazer as suas necessidades básicas como seres humanos sem dependerem do apoio social público.

Por outro lado, vem-se assistindo nos últimos tempos a uma tendência crescente do esmagamento da grelha salarial, como consequência, segundo ainda dados do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, do aumento da percentagem dos trabalhadores por conta de outrem que ganhavam o salário mínimo em Portugal, que passaram de 4,1% em 2005 para 23% em 2016. Em apenas 3 anos, de 2014 para 2017, os trabalhadores com salário mínimo passaram de 400 000 para 730 000, respetivamente, ou seja, correspondeu a um aumento de 82,50%.

Embora na Região não se conheçam dados concretos, face à nossa estrutura de emprego existente não é de estranhar que estas percentagens sejam idênticas ou até superiores.

Tudo isto, somado ao fato de nos últimos anos, mais precisamente desde 2010, os valores da inflação nos Açores serem superiores aos do continente, registando-se assim uma inflação acumulada superior a 10%, conduziu a uma acentuada perda de poder de compra dos salários e rendimentos para a maioria dos trabalhadores açorianos, agravada pelo aumento de impostos verificado na Região, nunca totalmente revertido.





Para termos uma melhor perceção da nossa realidade económica e social importa referir ainda que da população empregada nos Açores no primeiro trimestre de 2018, cerca de 111.490 pessoas, 12.060 indivíduos se encontravam afetos ao setor primário, enquanto os setores secundário e terciário absorviam cerca de 16.922 e 82.507 indivíduos, respetivamente, o que dá bem o peso e a importância que o setor dos serviços (administração pública, em particular, e agora o turismo) tem na nossa economia.

Se tivermos em conta os dados estatísticos oficiais do ISS que nos dão conta da existência no final de 2017 de 4.967 beneficiários do RSI, abrangendo um universo de 6.500 famílias, e conjugarmos esta realidade com o facto de 66% dos nossos alunos beneficiarem atualmente de apoio social escolar, onde a taxa de abandono escolar precoce oficialmente registada em 2017 subiu para os 27,8%, em contraciclo com a taxa nacional que se reduziu para 11,9%, temos uma realidade económica e social deveras preocupante que exige, a nosso ver, uma reflexão e intervenção conjugada de esforços de todos, sem exceção, a começar pelo governo, pelos partidos políticos da oposição, mas também pelos parceiros sociais em geral, associações patronais e sindicatos em particular.

Foi precisamente a preocupação com este quadro económico e social, e a sua persistência, que levou a UGT-Açores a envolver-se num processo de diálogo, participação e concertação social com a CCIA e a FAA e à consequente constituição de uma parceria que visa contribuir para o achamento de propostas de medidas e caminhos comuns que permitam aperfeiçoar a organização e o funcionamento das nossas instituições democráticas representativas e encontrar um novo modelo de desenvolvimento económico e social gerador de mais e melhores empresas, que diversifiquem e modernizem a estrutura produtiva regional de bens e serviços transacionáveis e criem assim emprego qualificado, sustentável e durador para os seus jovens e não só.

É, pois, com este propósito que a UGT-Açores se encontra envolvida e empenhada na parceria constituída com a CCIA e a FAA, da qual resultou desde logo, lembre-se, a apresentação de uma série de propostas institucionais e fiscais tendentes à criação do Conselho Económico e Social dos Açores – aguarda-se apenas a marcação da data da aprovação do respetivo diploma pela Assembleia Legislativa Regional –, à revisão dos Conselhos de Ilha e à diminuição da carga fiscal em termos de IRS, IRC e IVA sobre os trabalhadores, as empresas e



os consumidores, e culminará com a realização de um Fórum Económico e Social a realizar no próximo dia 8 de junho em Ponta Delgada sobre os caminhos mais frutuosos para o nosso desenvolvimento coletivo, que contará com a participação de S. Exa. o Presidente da República, Prof. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa.

2. VALORIZAR A CONCERTAÇÃO SOCIAL E A NEGOCIAÇÃO COLECTIVA COM A CCIA E O GOVERNO REGIONAL

O Presidente do Governo Regional apresentou recentemente aos parceiros sociais um repto no sentido da valorização da concertação social e da negociação coletiva, relativamente ao qual a UGT-Açores só pode saudar e responder afirmativamente.

Está no ADN da UGT-Açores a defesa e valorização do diálogo, da negociação coletiva e da concertação social, fazendo disto a marca condutora da sua ação e reivindicação sindicais.

É neste contexto, que os sindicatos que compõem a UGT-Açores têm desenvolvido a sua política reivindicativa, dela resultando proventos para os trabalhadores que representam, proventos comprovados pelo número e resultados dos instrumentos coletivos de trabalho firmados e assinados com a CCIA.

Pela postura dialogante e construtiva adotada e desenvolvida pelos sindicatos da UGT-Açores e pelos empregadores representados pela CCIA foi possível fechar e celebrar cerca de uma dezena de convenções coletivas de trabalho nos seguintes setores:

CONVENÇÃO	EMPRESAS	CONCLUSÃO	PUBLICAÇÃO	% AUMENTOS
AEV	CERVEJAS	18-05-2018	-	1,8%
AE	FINANÇOR	22-01-2018	20-03-2018	2,77%
CCT	LACTICÍNIOS	02-03-2018	26-04-2018	2,30%
CCT	PANIFICAÇÃO	14-03-2018	26-04-2018	4,51%
AE	HOTEL FAIAL	22-01-2018	21-03-2018	2,88%
AE	HOTELARIA	22-01-2018	16-03-2018	2,88%
AE	CIMENTAÇOR	2018	2018	2%
AE	FTM	2018	2018	1%
CCT	SEGURANÇA PRIVADA	2018		



Negociação coletiva bem-sucedida, com acordos finais fechados com aumentos, foi também conseguida na Cimentação (2%), na Fábrica de Tabaco Micaelense (1%), e nos setores regionais do comércio e escritórios (1,71%), da prestação de serviços de segurança privada (2,2%), de serviços de limpeza, de comércio e transformação de carnes e de cabeleireiros e institutos de beleza, havendo a salientar aqui um importante acordo recentemente assinado com a União das IPSS dos Açores, que marcou um virar de página na situação remuneratória dos respetivos trabalhadores ao consagrar um aumento de 1% dos seus salários congelados desde 2010. Neste espírito de abertura ao diálogo e negociação coletiva, **a UGT-Açores desafia a União das Misericórdias dos Açores a seguir este bom exemplo e a avançar também ela para a celebração de um acordo semelhante para os seus trabalhadores.**

Neste contexto, **a UGT-Açores**, aceitando o repto feito pelo Presidente do Governo, **propõe ao Governo Regional que**, a exemplo da negociação e concertação coletiva bem-sucedidas dado pelo setor privado representado pela CCIA, **a Região e o conjunto de órgãos e serviços que tutela deem início à abertura do processo negocial tendente à revisão e atualização da remuneração complementar/subsídio de insularidade de milhares dos seus funcionários, que não é alvo de qualquer aumento desde 2012 fazendo assim justiça para com estes seus trabalhadores.**

De igual modo, a UGT-Açores pede a abertura imediata do processo negocial tendente a consagrar o horário das 35 horas e o direito à carreira dos trabalhadores com CITs dos Hospitais de Angra, Horta e Ponta Delgada, à semelhança do que ocorreu recentemente com o acordo nacional assinado no Ministério da Saúde.

A UGT-Açores entende ser dever do Estado e da Região, depois dos longos e duros anos de crise e austeridade rigorosas impostas aos trabalhadores portugueses, encetar políticas e medidas que permitam não só devolver como aumentar os salários e rendimentos dos trabalhadores em geral, em particular do setor público seguindo o exemplo do setor privado mais dinâmico.

A finalizar o Conselho Geral da UGT-Açores ratificou, aprovando e saudando, a adesão de dois novos sindicatos ao seu seio, a saber do SINDEL, Sindicato Nacional da Indústria e Energia, e do SINAPOL, Sindicato Nacional da Polícia



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES DOS AÇORES

Horta, 2 de junho de 2018

UGT-Açores